

O PLÁGIO NAS PRODUÇÕES ACADÊMICAS: UM PERIGO IMINENTE A CIÊNCIA NOS DIAS ATUAIS

PLAGIARISM IN ACADEMIC PRODUCTIONS: AN IMMINENT DANGER TO SCIENCE NOWADAYS

RESUMO: Esta pesquisa propõe reflexões acerca do plágio no ambiente acadêmico na contemporaneidade como ferramenta de escrita que iremos chamar de antiética, que é utilizada nas produções textuais de acadêmicos e pesquisadores científicos no Brasil. Este estudo compõe o trabalho final do componente curricular denominado Metodologia do Ensino Superior, sendo que para compor este processo de escrita foi proposto que houvesse a leitura prévia do texto pelos pares, com o intuito de se utilizar a análise e apontamentos críticos construtivos como parâmetro na elaboração da redação final da produção textual. Diante do exposto, promovemos o entendimento do que é o Plágio, de sua história e da contextualização da temática contemporânea no Brasil. Infere-se que urge a necessidade da sua análise e discussão no âmbito social e acadêmico. Evidenciou-se a responsabilidade cível e criminal que são imputadas àqueles que se utilizam desta prática. Abordando as Leis e compêndios de proteção e prevenção contra o uso do Plágio. Nota-se que a questão do Plágio ganha notoriedade, porém, há que investir muito no estudo do tema sem minimizar o abismo existente entre a ética e a produção acadêmica científica que ainda existe na sociedade brasileira. Compreendendo que o Plágio é um problema social de imensa proporção, que ao ser utilizado gera descrédito à ciência, em níveis mundiais, atingindo diversos alvos, inclusive aqueles que fazem as suas produções pautadas na ética. Outra questão que emerge nesta meditação acadêmica é, por que um indivíduo comete plágio intencional de modo doloso a outrem ou a pesquisa? Neste contexto identificamos o papel fundamental das boas práticas de pesquisa desde o ensino básico, estendendo-se por toda fase desenvolvimental do aprendente diante da formação do seu caráter e personalidade.

Palavras-chave: Plágio; Direitos Autorais; Fraude; Integridade da Pesquisa.

ABSTRACT: This research proposes reflections on plagiarism in the academic environment in contemporary times as a writing tool that we will call unethical, which is used in the textual productions of academics and scientific researchers in Brazil. This study is part of the final work of the curricular component called Methodology of Higher Education, and to compose this writing process it was proposed that there was a previous reading of the text by peers, to use the analysis and constructive critical notes as a parameter in the preparation of the final draft of the textual production. Considering the above, we promoted the understanding of what Plagiarism is, its history, and the contextualization of the contemporary theme in Brazil. It is inferred that there is an urgent need for its analysis and discussion in the social and academic spheres. The civil and criminal liability that is attributed to those who use this practice is evidenced. Addressing the laws and compendia of protection and prevention against the use of Plagiarism. It is noted that the Plagiarism issue gains notoriety, however, it is necessary to invest much in the study of the theme without minimizing the abyss between ethics and scientific academic production that still exists in Brazilian society. Understanding that Plagiarism is a social problem of immense proportion, that when used generates discredit to science, worldwide, reaching several targets, including those who make their productions based on ethics. Another question that emerges in this academic meditation is, why does an individual commit plagiarism intentionally and maliciously to others or to research? In this context we identify the fundamental role of good research practices since elementary school, extending throughout the entire developmental phase of the learner in the formation of his character and personality.

Keywords: Plagiarism; Copyright; Fraud; Research Integrity.

INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo pauta-se em abordar as temáticas que envolvem a utilização do plágio no meio acadêmico e em artigos científicos na contemporaneidade. Elucidando os tipos de plágios encontrados nestes contextos, ao passo que se tentará demonstrar como evitar tal similaridade. Por oportuno, faremos uma breve apresentação dos aspectos jurídicos de proteção aos Direitos Autorais, por meio da responsabilização civil e criminal prevista no ordenamento jurídico brasileiro no tocante ao combate à utilização do plágio. Essa é uma preocupação dos principais órgãos públicos de financiamento e fomento à pesquisa científica e tecnológica do país, tais como o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Esses órgãos empenham-se em fornecer documentos orientadores, preventivos e punitivos, para que as instituições de ensino repudiam nos rigores da Lei as apresentações e ou inserções textuais fraudulentas.

Utilizou-se como escopo metodológico para a realização e desenvolvimento desta pesquisa o estudo bibliográfico e documental. Depreende-se a necessidade de análise conceitual da utilização do plágio acadêmico e suas manifestações nas produções textuais e literárias, posto que as principais universidades do país utilizam como método de qualificação nos cursos de Graduação e Pós-graduação “*lato sensu*” a obrigatoriedade da elaboração de, no mínimo, uma produção científica como componente curricular para a obtenção da titulação. (BOAVENTURA, 2007, p. 34-76). Analisou-se a expressiva ocorrência de similaridades nos trabalhos acadêmicos e científicos na contemporaneidade, advindas da flexibilização ao acesso há compêndios literários. Antes as bibliografias estavam disponíveis apenas em acervos bibliotecários ou instituições privadas e do uso de acessos digitais disponibilizados através das Tecnologias de Informação e de Comunicação (TICs). Também objetivou-se elucidar quais estratégias são utilizadas pela academia científica, para a detecção e coibição deste fenômeno social que precisa ser analisado, sobretudo por uma ótica interdisciplinar.

Fez-se necessário a abordagem dos tipos mais comuns de plágios identificados pelos softwares autoplágio, sejam eles: plágio direto e indireto; uso de paráfrase sem atribuição do crédito; elaboração do mosaico; uso inadequado de chavões; plágio de fontes; plágio consentido; autoplágio. Em contrapartida, observa-se que para a

elaboração de artigos científicos é necessário a correta utilização das normas que regulamentam o uso de citações explicitadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT, NBR 10520 e NBR 6023). Também é preciso uma a escolha correta, dentre os vários tipos de citações que, quando usadas no texto, descaracterizam o plágio, tais como: citação direta, curta e longa; citação indireta; citação da citação; referenciais bibliográficos. Sendo que, neste ensaio, serão abordadas apenas as citações regulamentadas pela ABNT.

Nota-se que a comunidade científica está determinada em coibir as publicações de trabalhos em similaridade e para realizar esta árdua tarefa. Para isso se implementam a utilização de Softwares Anti Plágios com o intuito de resguardar-se quanto às implicações, jurídicas e sociais, pertinentes ao uso indevido de textos ou citações sem a preservação aos direitos autorais do criador literário/textual e/ou da citação da fonte.

ORDENAMENTO JURÍDICO ANTIPLÁGIO E O PLÁGIO INSTITUCIONAL

Corroborado por Dalla Costa (2016, p. 5-16), compreende-se que o ordenamento jurídico brasileiro é um dos mais completos compêndios legislativos, que abarcam de forma abrangente diversos setores sociais da vida pública e privada. Portanto, há que se explanar que, no tocante ao combate ao plágio acadêmico, esta vertente protetiva se aplica por meio de dispositivos legais, que constam da Constituição Federal da República Federativa do Brasil, por meio das Leis: 9.610/98 (Direitos Autorais); 9.609/98 (Regulamentação de Programas de Computadores); 6.533/78 (Profissão de Artistas). Já no Código Civil Brasileiro de 2015, pelo decreto Lei nº 75.699/75 e nº 76.905/75, e o Tratado das Convenções Internacionais de Berna e Genebra, Decreto Lei nº 1.355/94, que Ratificou o Tratado sobre os Aspectos dos Direitos de Propriedade Industrial relacionados com o comércio, conhecidos pela sigla TRIPS (ABRÃO, 2014, p.30). Sendo estas algumas das Leis que visam assegurar e normatizar a correta utilização da identidade, autoria, fontes e veiculação de informações no país.

PLÁGIO E OS DIREITOS AUTORAIS

Segundo Abrão (2014, p. 30), o entendimento legislativo brasileiro normatizou conceitualmente os direitos a autoria de obras sejam elas científicas, artística e ou literária como: “um conjunto de prerrogativas de ordem moral e de ordem patrimonial,

que se interpenetram quando da disponibilização pública de uma obra literária, artística e/ou científica”. Há que se ponderar o que cita a Lei de Direitos Autorais – Lei 9610/1998 e que elucida em seu artigo 108, que:

“Quem, na utilização, por qualquer modalidade, de obra intelectual, deixar de indicar ou de anunciar, como tal, o nome, pseudônimo ou sinal convencional do autor e do intérprete, além de responder por danos morais, está obrigado a divulgar-lhes a identidade...” (BRASIL, 1998)

Na mesma esteira, o dispositivo legal, aponta a obrigatoriedade de informar o nome do autor e a origem da obra:

Art. 46. Não constitui ofensa aos direitos autorais: III – a citação em livros, jornais, revistas ou qualquer outro meio de comunicação, de passagens de qualquer obra, para fins de estudo, crítica ou polêmica, na medida justificada para o fim a atingir, indicando-se o nome do autor e a origem da obra. BRASIL, 1998)

O Art. 33 da lei Nº 9.610 proíbe ainda a reprodução de “obra que não pertença ao domínio público, a pretexto de anotá-la, comentá-la ou melhorá-la, sem permissão do autor” (BRASIL,1998). Ou seja, o fenômeno da prática do plágio acadêmico não se trata de um problema específico de ausência de norma legal, recentemente legislou-se o Novo Marco Civil da Internet, Lei 12.965/14, sendo mais um compêndio que se aplica aos casos de plágio.

PLÁGIO E AS INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS

O “plágio acadêmico” é um fenômeno que suscita dúvida em relação a credibilidade da instituição que o propaga. Mesmo que essa difusão ocorra de maneira involuntária, os seus efeitos serão sempre nefastos e envolveram em descrédito todos os que estiveram interligados a sua produção e publicação. Fato recorrente na esfera administrativa que nos possibilita vislumbrar ordenamentos e documentos orientadores, que visam repudiar tal prática, a CAPES pronunciou-se acerca do tema:

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) recomenda, com base em orientações do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), que as instituições de ensino públicas e privadas brasileiras adotem políticas de conscientização e informação sobre a propriedade intelectual, adotando procedimentos específicos que visem coibir a prática do plágio quando da redação de

teses, monografias, artigos e outros textos por parte de alunos e outros membros de suas comunidades. (PITTHAN; VIDAL, 2013, p. 12)

Observa-se que a PUC do Rio Grande do Sul dispõe de normatização orientadora para a realização de trabalhos científicos, por meio de produção responsável, que priorize a autoria intelectual:

Autoria intelectual responsável: Ao estudante, há que instruí-lo [...] procurando corrigir os vícios herdados de uma escolarização em que a distinção entre a produção intelectual própria e a alheia é difusa e/ou inadequada, substituindo, ao menos em uma primeira instância avaliativa, a obstinação persecutória de incorreções pela firme atitude pedagógica do esclarecimento que possibilite a criação de uma consciência de autoria intelectual responsável (PONTÍFICA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL, 2006 *apud* TULASI, 2017)

Percebe-se, portanto, que a sociedade acadêmica, a comunidade legislativa e as instituições de renome do país, convergem de maneira efetiva para o combate ao plágio acadêmico no Brasil. Ao passo que, muito embora encontre-se obras que explicitem que as regras para o combate ao plágio não estejam bem definidas, demonstrou-se que a questão é muito mais ética e moral do que legislativa. Reitera-se a pergunta: Por que existe uma prática cultural e antiética de uso do plágio em trabalhos acadêmicos científicos?

PLÁGIO E SUAS RAMIFICAÇÕES

Depreende-se que de todas as práticas nefastas que possam ocorrer no ambiente acadêmico, o plágio é o que gera repúdio por representar um retrocesso no desenvolvimento científico. Além disso, pode colocar em dúvida a seriedade de qualquer instituição independente de seu renome. Note-se que a origem etimológica da palavra plágio já apresenta um teor pejorativo:

“plágio do grego plágios, oblíquo, atravessado, pelo Latim *plagium*, roubo. O termo “plágio” vem do latim “*plagiarius*”, um abductor de “*plagiare*”. Está na origem do vocábulo o significado de desvio, de onde o sentido de atravessador para aquele que, não produzindo, nem comprando a mercadoria, apenas intermedia o negócio. Ainda na Roma antiga, porém, cometia plágio quem roubava escravos dos outros ou vendia homens livres como escravos. O étimo de plágio é *plagiário* remete ao Latim *plaga*, chaga, ferida, mesma origem da palavra *praga*, porque houve troca de encontro, “*pl*” por “*pr*”(HR IDIOMAS, 2017).

A expropriação do texto de um outro autor e a apresentação de seu texto como sendo de cunho próprio, caracterizam uma das formas de plágio. Segundo o Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa, plágio:

É a apresentação feita por alguém, como de sua própria autoria, de trabalho, obra intelectual etc. produzidos por outrem. A palavra provém do termo em latim *plagium* que quer dizer FURTO. Assim, ocorre plágio nas obras acadêmicas quando alguém apresenta ou assina como seu, em todo ou em parte, texto, representação gráfica, imagem ou qualquer outro tipo de produção intelectual de outra pessoa, sem o devido crédito, mesmo que involuntariamente. (INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER JOSÉ ALENCAR GOMES DA SILVA, 2017).

Compete ao acadêmico e/ou pesquisador à realização de produções científicas pautadas na ética. Desenvolvendo-as, conjuntamente, aos atos de pesquisar, localizar, selecionar, sintetizar para no fim, apresentá-las de forma coerente. Deve-se utilizar-se de mecanismos adequados que possibilite contribuir para a ciência e ou tecnologia, por meio do ineditismo de suas pesquisas, análises e conclusões. Todavia, a proficiência a ser desenvolvida acerca do tema investigado pelo acadêmico deve estar relacionada ao domínio de saberes, concomitantemente, vinculados ao trabalho do pesquisador. É preciso uma boa prática na realização das citações e referências, na organização da bibliografia, na observação de fontes e recursos textuais sob pena de condenar a obra, tornando-a elidida.

Compreenda-se que o combate ao plágio precisa ser sedimentado na esfera acadêmica a partir de uma cultura, que priorize a ética e que designe, de forma explícita, o devido respeito às informações que preservam o autor e a fonte.

No sentido moral, o plágio designa um comportamento refletido que visa o emprego dos esforços alheios e a apropriação fraudulenta dos resultados intelectuais de seu trabalho. Em seu sentido estrito, o plágio se distingue da criptomnésia, esquecimento inconsciente das fontes, ou da influência involuntária, pelo caráter consciente do empréstimo e da omissão das fontes. É desonesto plagiar. O plagiário sabe que o que faz não se faz. (SCHNEIDER, 1990, p. 47-48).

Segundo Lopes (2013, p. 23-24), as citações e referências produzem funções esclarecedoras e/ou elucidativas. Elas asseguram que as informações coletadas possam respaldar a construção de um conhecimento, que pode ser inédito ou dialogado e que testifica o compromisso de resguardar as fontes. Além de proteger os conteúdos e autores supracitados elencados na produção textual. Considera-se de suma importância a citação, que é uma das formas de sustentar o discurso do autor, perpassando o respeito a sua produção e ao trabalho realizado.

López Puga (2014), expõe que o aluno desenvolve a consciência da utilização do plágio, a princípio, como uma ferramenta facilitadora de cópia e cola. Ela é utilizada para burlar o processo de leitura e maturação de ideias, que possibilitaram uma escrita raciocinada, crítica e concisa indispensáveis para a elaboração de um discurso acadêmico:

Pela consciencialização acerca de princípios éticos associados à produção de conhecimento, outra relativa à gestão do tempo, já que os estudantes apontam a estratégia de copiar e colar como aquela em que se obtêm mais resultados mais rapidamente e, finalmente, a de tornar os estudantes mais motivados para os conteúdos sobre os quais estão a realizar trabalhos, já que o plágio ocorre mais vezes quando há desinteresse sobre as matérias. (LÓPEZ PUGA, 2014, p. 137).

Como um marco contemporâneo foi possível verificar um fenômeno que nomeamos como “plágio acadêmico reverso”, esta modalidade envolve a submissão de artigos ou projetos de pesquisa.

POR QUE EXISTE UMA PRÁTICA CULTURAL E ANTIÉTICA DE USO DO PLÁGIO EM TRABALHOS ACADÊMICOS CIENTÍFICOS?

Percebemos a fundamental relevância desse questionamento ao fazermos uma busca nas principais revistas e periódicos científicos, sobre materiais relevantes que abordassem o tema: Por que existe uma prática cultural e antiética de uso do plágio em trabalhos acadêmicos científicos? Não foi encontrada nenhuma pesquisa relevante. Os artigos científicos elucidam muito bem o que é Plágio, como identificá-lo e preveni-lo, mas existe uma carência de estudos que possam identificar porque existe essa prática cultural antiética.

Será possível afirmar as causas do praticante do plágio? Ou melhor, de forma subjetiva poderá o docente responder algo subjetivo que permeia as razões de tal prática? Se existe a ordem de um discurso que diz que nada é inventado e tudo é copiado, “Se a discursividade é incomensurável em seu real, o texto representa imaginariamente o dizer como uma extensão com limites, pausas, beiradas (bordas) possíveis. E o autor se representa como responsável na origem do texto que produz.” (ORLANDI, 2001b, p. 93) Então, como questionam Machado e Bianchetti (2011, p. 252), cabe saber “a quem legitimamente pertencem as descobertas e inovações decorrentes do trabalho dos pesquisadores”, a questão que moldam o caráter de um indivíduo certamente diante da subjetividade não nos permite dizer com exatidão a resposta para tal pergunta. Muitos estudos

focam apenas na força da lei e esquecem da discussão subjetiva das razões que levam um ser a cometer o famoso plágio intencional, doloso e consciente.

Este trabalho não possui o objetivo de esgotar o tema, vez que não possibilita abranger esta pesquisa em profundidade. Em contrapartida, contribui com a ciência ao identificar a necessidade de estudos aprofundados, dos sujeitos que constituem o universo acadêmico científico e suas práticas fraudulentas por meio do uso de plágios. Identificou-se que esta prática existe em duas vertentes: a primeira está relacionada a má-fé, fraude, antiética, que é o ato intencional daqueles que possuem fraqueza de caráter e ou incapacidade de construir através de esforços próprios, leitura, pesquisa e estudo obras de cunho original e/ou crítico e para tanto se valem da prática do plágio; a segunda está relacionada às pessoas que, sem intencionalidade ou por equívoco, incorrem na prática do plágio.

Entende-se que em ambas as formas, conforme bem elucidada o Dr. Marcelo Krokosz, em entrevista publicada no Guia USP, há de se instrumentalizar as instituições quanto ao plágio. Este é um problema de ordem acadêmica que está inter-relacionado a toda a comunidade científica, sejam elas: escolas, universidades, periódicos e/ou agências de fomento à pesquisa. Observa-se que durante a vida acadêmica, o aprimoramento da escrita ocorre de maneira lenta e progressiva, posto que o conteudismo ainda é o principal fator de estudo no Brasil. Na imensa maioria dos casos, os acadêmicos se debruçam por completo na elaboração da escrita, quando imersos em cursos de pós-graduação *Latu Senso* ou *Stricto Senso*, onde é exigida a produção literária originária da pesquisa. Nesse processo já se consolidou a prática do plágio, que pode ser oriunda das falhas do processo educacional formativo dos sujeitos. Entretanto, conforme identificou o Dr. Marcelo Krokosz, 8 em cada 10 professores conseguem identificar o plágio em trabalhos escritos por meio de uma leitura detalhada.

Diante dessa afirmativa, ponderando que os sujeitos podem aprender em seu processo formativo educacional a desenvolverem boas práticas e condutas éticas que lhes acompanharam, a nível do inconsciente, por toda a vida, nos questionamos: se a originalidade literária fosse recompensada, por meio de premiações e incentivos, desde a pré-escola, a prática do plágio se extinguiria?

5. GLOSSÁRIO TIPOS DE PLÁGIOS

Elucidarmos algumas práticas e formas de plágio, que são considerados os mais corriqueiros. Sem pretensão de esgotar o tema, mas sim, de demonstrar os tipos mais recorrentes de plágios identificados no contexto da atualidade em produções acadêmicas. Citamos, conforme Embrapa e Even3 (2020):

Plágio Integral: Caracterizado pela reprodução integral da obra, omitindo-se a origem da autoria e a fonte da obra.

Paráfrase sem atribuir a fonte: Parafrasear, discorrer o mesmo conteúdo, mantendo a mesma ideia central, utilizando-se de palavras diversas, sem diálogo com ideias próprias.

Dados de pesquisas (quantitativos e qualitativos) sem mencionar a fonte:

Divulgação de dados de instituições, como o IBGE, a OMS, ou que foram apurados por outros pesquisadores e atribuí-los como próprios.

Mosaico de plágios: Caracteriza-se pela utilização de trechos de diversas fontes, que irão compor uma forma literária denominada mosaico, inserindo pequenas mudanças por meio de palavras.

Autoplágio: Se dá pela utilização de sua produção sem mencionar a sua citação.

Cópia de imagens, fotografias, gráficos, desenhos e outros conteúdos visuais:

Apresentar tabela, ou escanear imagem, sem mencionar os créditos de conteúdos visuais.

Fontes inexistentes: Caracterizada pela invenção de uma citação e por consequência a atribuição a uma fonte qualquer.

Fabricação de dados: Consiste no falso relato de obtenção de dados e resultados, ou de realização de procedimentos. (Embrapa)

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por todas as razões explicitadas, é importante levar ao conhecimento da comunidade acadêmica a importância e relevância do agir com responsabilidade e autoridade quanto a elaboração da escrita e sua produção acadêmica científica. Todavia, compreenda-se que ao ser o autor ou ao utilizar as ideias, produções e ou imagens de outra pessoa e ou instituição deve-se, sempre, prioritariamente, ser mencionado a fonte e ou origem dos dados da publicação. Posto que, eticamente, é necessário dar o devido valor, bem como o crédito a quem esmerou-se para produzir e desenvolver a pesquisa.

Nesse contexto, o acadêmico produtor deve ter consciência de que sua criação foi pautada em pesquisas já realizadas, que lhe auxiliarão em seu crescimento intelectual e no desenvolvimento de novas aprendizagens a serem apresentadas à ciência. A priori, a boa-fé se caracteriza pela obra produzida ao se fazer as devidas referências ao longo do texto, bem como pelo uso das citações e na observância das referências bibliográficas. Consequentemente, espera-se que haja uma maior conscientização quanto à prejudicialidade da prática do plágio acadêmico e seus efeitos nefastos que dentre outras questões, impactam diretamente na credibilidade da ciência no Brasil. Por fim, que este breve momento de reflexão faça a indução continuamente de revisão das nossas experiências de autoria nas edições da Linguagem em (Dis)curso, bem como às experiências de leitura, passo inevitável para construir a subjetividade autoral com a finalidade de prosseguir fazendo ciência de forma justa consigo e com outrem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRÃO, Eliane. Y. **Direitos de autor e direitos conexos**. 2. ed. São Paulo: Migalhas, 2014.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 10520**: informação e documentação: citações em documentos: apresentação. Rio de Janeiro, 2002.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023**: informação e documentação: referências: elaboração. 2. ed. Rio de Janeiro, 2018.

BOAVENTURA, Edivaldo M. **Metodologia da pesquisa**: monografia, dissertação, tese. São Paulo: Atlas, 2007.

BOOTH, Wayne C.; COLOMB, Gregory G.; WILLIAMS, J.M. **A arte da pesquisa**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/constituicao/constituicao.asp>. Acesso em: 16 nov. 2020.

BRASIL. **Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014**. Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil. Brasília, 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L12965.htm. Acesso em: 16 nov. 2020.

BRASIL. **Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998**. Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências. Brasília, 1998. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9610.htm. Acesso em: 16 nov. 2020.

CHAUÍ, Marilena. A universidade operacional. **Folha de São Paulo**, Caderno Mais. 9 de maio de 1999.

DALLA COSTA, Rosa Maria Cardoso. Plágio acadêmico: a responsabilidade das associações científicas. **Intercom, Rev. Bras. Ciênc. Comun.**, São Paulo, v. 39, n. 3, p. 187-200, dez. 2016. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-58442016000300187&lng. Acesso em: 16 nov. 2020.

DUDZIAK, E.A. FAUSTO, S. **Plágio: onde está e por que acontece? Entrevista com o Prof. Marcelo Krokosz**. Ago. 2015. Disponível em: <http://www.aguia.usp.br/noticias/plagio/>. Acesso em: 22 nov. 2020.

ESTRELA, Dayane. Plágio e a legislação penal brasileira. **Web Artigos**. nov. 2013. Disponível em: <https://www.webartigos.com/artigos/plagio-e-a-legislacao-penal-brasileira/115500/>. Acesso em: 16 nov. 2020.

EMBRAPA- Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária- Manual de Editoração. **Web Artigos**. Disponível em Portal Embrapa (versão 3.95.0 p. 02: <https://www.embrapa.br/manual-de-editoracao/conceitos-e-normas-editoriais/plagio-e-ondutas-antiéticas-na-comunicacao-científica>). Acesso em: 22 nov. 2020.

EVEN3 BLOG. **Plágio acadêmico**: o que é e como verificar. Disponível em: <https://blog.even3.com.br/plagio-academico/>. Acesso em: 16 nov. 2020.

HOUAISS, Antonio; VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2007.

HR IDIOMAS. Origem da palavra plágio. **HR Idiomas**, set. 2018. Disponível em: <https://hridiomas.com.br/origem-da-palavra-plagio/>. Acesso em: 16 nov. 2020.

INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER JOSÉ ALENCAR GOMES DA SILVA. **Plágio acadêmico**: conhecer para combater. Brasília: INCA [s.d.]. Disponível em: http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/inca/plagio_academico.pdf/. Acesso em: 16 nov. 2020.

LOPES, Carlos. **Como fazer citações e referências para apresentação de trabalhos científicos**: aplicação prática da norma APA. 6.ed. Lisboa: ISPA, 2013.

LÓPEZ PUGA, Jorge. Analyzing and reducing plagiarism at university. **European Journal of Education and Psychology**, v. 7, n. 2, p. 131-140, 2014. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/1293/129332645004.pdf>. Acesso em: 16 nov. 2020.

MACHADO, A. M. N.; BIANCHETTI, L. (Des)feticização do produtivismo acadêmico: desafios para o trabalhador-pesquisador. **RAE**, v. 15, n. 3, p. 244-254, maio/jun. 2011.

ORLANDI, E. A linguagem e seu funcionamento. Campinas: Editora Pontes, 2001a. _____. Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos. Campinas (SP): Editora Pontes, 2001b.

PITHAN, Livia Haygert; VIDAL, Tatiane Regina Amando. O plágio acadêmico como um problema ético, jurídico e pedagógico. **Direito & Justiça**. v. 39, n. 1, p. 77-82, jan./jun. 2013. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fadir/article/download/13676/9066>. Acesso em: 16 nov. 2020.

SCHNEIDER, Michel. **Ladrões de palavras: ensaio sobre o plágio, a psicanálise e o pensamento**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

TORRESI, Susana I. Córdoba de; PARDINI, Vera L.; FERREIRA, Vitor F. É plágio: e daí? **Quím. Nova**, São Paulo, v. 34, n. 3, p. 371, 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-40422011000300001&lng. Acesso em: 16 nov. 2020.

TULASI, Thaina. Plágio acadêmico. **PREZI**, jun. 2017. Disponível em: <https://prezi.com/oyqelxeyz8j/plagio-academico/>. Acesso em 15 nov. 2020.

VILAÇA, Leonardo Ferreira. Plágio: impressões gerais sobre questões éticas e o prejuízo ao progresso acadêmico. **JUS**. out, 2017. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/61218/plagio-impressoes-gerais-sobre-questoes-eticas-e-o-prejuizo-ao-progresso-academico>. Acesso em: 16 nov. 2020.